



CAPS esclarece sobre seu trabalho e o aumento das internações compulsórias

A secretária municipal de Saúde de Carmópolis de Minas, Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela, participou da sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 27 de julho de 2026, para falar sobre o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e os procedimentos relacionados às internações compulsórias de dependentes químicos e portadores de transtornos mentais. Convidada pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, ela esteve acompanhada da enfermeira Helenice Maria; da coordenadora Heloísa Aparecida e da psicóloga Milena de Jesus, integrantes da equipe multidisciplinar do Centro de Atenção.

Página 7



A secretária Sheila e equipe do CAPS, durante explanação na Câmara.

Município concede isenção de taxas a órgãos estaduais

A isenção fica condicionada à reciprocidade de tratamento por parte do Estado de Minas Gerais em favor do Município de Carmópolis de Minas, especialmente no tocante às taxas estaduais de segurança pública, análise de projetos e vistorias contra incêndio e pânico.

Página 3

Requerimentos

Pedidos formalizados pelos vereadores ao Poder Executivo e aprovados pelo plenário.

Página 4

Instalação de novo parque de exposições é discutida em audiência pública



Presentes no plenário da Câmara, munícipes participaram diretamente dos debates.

Povoado sofre com problema no descarte de resíduos sólidos

Estrutura é imprópria para a finalidade. Capacidade do recipiente é insuficiente para atender à demanda, ocasionando o transbordamento dos resíduos e seu descarte diretamente no solo.

Página 3

Câmara entrega moção de aplauso à APHOCAM



Membros da associação recebem a homenagem no Legislativo.

Página 8

Santa Casa precisa de união política para atender melhor

Instituição de saúde está bem dotada de estrutura, com espaços adequados ao atendimento à população, mas mostra problemas no atendimento.

Página 6

Monumento ao Cristo Redentor pede atenção para ser útil à cidade

Página 2

Problemas na estrada da Usina e lâmpadas apagadas no centro da cidade afetam a população

Página 6

Com recurso na conta da Prefeitura, vereador pede pavimentação de rua no Japão Grande

No ofício, o parlamentar perguntou se há projeto em andamento referente à execução da pavimentação da via.

Página 2

Saúde mental, mobilidade urbana e castração de animais são focos de atuação de vereadora

Página 8

Secretaria da Saúde presta contas do 1º quadrimestre

Página 6

Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027



Plenário aprovou, por unanimidade, a LDO, base para o orçamento municipal.

Página 3



Uma campanha da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Com recurso na conta da Prefeitura, vereador pede pavimentação de rua no Japão Grande

O vereador Claudinei Vicente da Silveira (REDE) comunicou ao plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária realizada no dia 20 de julho de 2026, o envio de ofício ao prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), solicitando informações acerca de recurso oriundo de emenda parlamentar do deputado estadual Cássio Soares (PSD), no valor de R\$ 150 mil, depositado em conta da Prefeitura no final de maio de 2025, destinado à pavimentação da Rua José Gregório Pimenta, localizada no povoado Japão Grande.

No ofício, o parlamentar perguntou se há projeto em andamento referente à execução da pavimentação da via. Em caso positivo, solicitou cópia do projeto técnico. Também indagou se há previsão para o início de execução da obra, indicando, se possível, o cronograma previsto. Caso



Claudinei mostrou não haver mais motivos para adiar a obra.

ainda não tenha sido elaborado o projeto ou iniciados os procedimentos necessários à execução da obra, pediu informar os motivos e a previsão para adoção das providências cabíveis.

Em sua manifestação no plenário da Câmara, Claudinei explicou que, após o depósito na conta da Prefeitura, foram pedidas várias informações sobre o projeto de execução e sobre o possível início da obra, mas o Executivo respondeu que a rua não estava registrada com aquele nome e por

isso não havia como executar a pavimentação. Em vista disso, o vereador apresentou um projeto de lei, aprovado na sessão ordinária do dia 25 de maio deste ano, estabelecendo o nome correto da via.

Claudinei concluiu, afirmando que, como agora a rua já existe oficialmente e com o nome correto, ele espera que, em breve, a Prefeitura elabore e execute o projeto de pavimentação da via, utilizando o dinheiro disponível há mais de um ano.

Monumento ao Cristo Redentor pede atenção para ser útil à cidade

Manifestando-se no espaço dedicado a assuntos de interesse público, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 13 de julho de 2026, o vereador João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO, destacou a necessidade de se promover um trabalho de manutenção no monumento ao Cristo Redentor, incluindo melhorias no seu acesso.

Para tornar real a iniciativa, João Vitor assumiu o compromisso de destinar emendas impositivas ao Orçamento Municipal para possíveis obras no local, da mesma forma que, a seu ver, outros vereadores também destinariam recursos ao projeto.

Informando ter postado um vídeo nas redes sociais sobre o tema, João Vitor grifou que não é de



João Vitor destacou a beleza e a espiritualidade do local, que deve ser visitado por todos.

hoje que vem ocorrendo o descaso com esse que é o cartão postal da cidade, com acesso sempre muito ruim. Segundo ele, o projeto é gigante, mas, como sempre frisa em suas falas, é preciso iniciar, pois assim as coisas evoluem. Neste sentido, ele disse ser possível dar início a um calçamento ou trabalhar a hipótese de pedir um espaço

para abertura de uma nova passagem até o local.

“Acho que isto é tudo conversado, mas falta querer”, ressaltou o parlamentar, grifando que se trata de um lindo espaço e um ambiente de muita fé, que merece ser resgatado e visitado por todos, mas que hoje está sendo deixado de lado pela administração municipal.

Vereador requer documentos e informações sobre trator doado pela CODEVASF

Por meio do requerimento 170/2026, aprovado por unanimidade na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 06 de julho de 2026, o vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, solicitou que o Poder Executivo preste informações e encaminhe documentos referentes ao termo de doação firmado com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), pelo qual o município recebeu em doação patrimonial um trator agrícola, uma carreta agrícola e uma grade aradora, bens avaliados em R\$ 149.524,99.

O documento estabelece textualmente que os bens não poderão ser utilizados para outras finalidades senão a de interesse social e sem fins lucrativos. Marcelo salientou também que o mesmo termo veda a alie-



Marcelo apontou possível cessão dos bens a uma associação privada.

nação dos objetos doados, e que prevê a revogação unilateral da doação, com a consequente reversão dos bens ao patrimônio da CODEVASF, em caso de descumprimento das finalidades.

O parlamentar explicou que, diante de informações de que a administração municipal planeja repassar ou ceder o uso dos referidos bens a uma associação privada local, o que demanda rigorosa verificação de compatibilidade com os encargos da doação, solicitava o envio dos documen-

tos e informações.

Foram pedidos: cópia do processo administrativo sobre o recebimento e a destinação dos bens; identificação da entidade que os utilizará e cópia do instrumento de cessão; estatuto social da entidade para comprovar o caráter não lucrativo; plano de trabalho que demonstre o interesse público no uso dos equipamentos; parecer da Procuradoria Municipal sobre a legalidade da cessão; informação sobre a realização de chamamento público para a escolha da entidade.

População precisa ser ouvida sobre novo parque de exposições

Na condição de parlamentar e também como morador do bairro Boa Vista, região afetada pela possível construção de um novo parque de exposições na Avenida Omar da Costa Paolinelli, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron, líder da bancada do REDE, manifestou-se contrariamente à obra, por considerá-la nociva aos moradores e a toda população. Falando na sessão ordinária realizada no dia 06 de julho de 2026, Fernando afirmou que uma mudança dessas não afeta somente os bairros próximos, trazendo a discussão para todos os municípios.

Ele concordou com o argumento exposto na Tribuna Livre por Catherine Amaral de Castro, proprietária de imóvel também atingido, para quem tratou-se de uma decisão tomada dentro de uma sala por apenas algumas pessoas. Fernando questionou por que não realizar uma audiência pública para discutir uma questão dessa envergadura com toda a população.

Na mesma linha, o vereador lembrou que a cidade já possui um parque há bastante tempo, construído em imóvel doado por José Paolinelli e que, por força de cláusula contratual, voltará àquela família, caso perca sua funcionalidade, ou seja, deixe de ser um parque de exposições. Sobre a nova área



Fernando foi enfático ao defender uma audiência pública para discutir o tema.

escolhida pela Prefeitura, Fernando entende ser necessário discutir se é um local viável e próprio para erguer toda a estrutura necessária, incluindo instalação de energia elétrica, água, acessos e estacionamentos. “Tudo isto se discute não dentro de uma sala, mas em uma audiência pública”, grifou o vereador. Como exemplo ele citou a situação da DogLar, associação de acolhimento e adoção de animais abandonados, também situada na região afetada, chamada na última hora pela administração para discutir um novo local para possível mudança, somente depois do grupo já ter tomado as decisões.

Fernando ressaltou que isto precisa ser discutido com toda a população, e não apenas com meia dúzia de pessoas. Neste sentido, ele elogiou o fato de pessoas terem comparecido à Câmara naquela sessão,

portando um abaixo-assinado com 221 assinaturas e trazendo o problema aos vereadores, gesto que para ele representa uma grande força, pois quem tem que decidir é a população, sendo o plenário do Legislativo a instância própria para a discussão.

Concordando com a ideia de que a cidade realmente precisa de um espaço maior para grandes eventos populares, Fernando grifou que ninguém é contra a construção de um novo parque de exposições, mas o que se quer é discutir a viabilidade ou não do local escolhido, sendo possível até mesmo uma permuta por um outro espaço mais próprio.

“Vamos discutir e ver se é mesmo o que o povo quer, se vai trazer resultados satisfatórios”, argumentou, deixando registrado o seu repúdio pela forma como se deu a decisão na esfera do Poder Executivo.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)
Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP
Mesa Diretora da Câmara - 2026

Presidente: Claudinei Vicente da Silveira (REDE)
Vice-presidente: Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Secretário: Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE)
Tesoureiro - Rafael Batista dos Reis (MDB)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro
Carmópolis de Minas – MG – CEP 35.534-000

Tel.: 37 3407-0089

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br
Editoração e Impressão

Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda. – Oliveira MG
Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027

Foi aprovada em dois turnos, pela Câmara Municipal, nas sessões ordinárias dos dias 30 de junho e 06 de julho de 2026, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027 de Carmópolis de Minas. As diretrizes compreendem as metas e prioridades da administração pública municipal; a organização e a estrutura dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA); as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; as diretrizes relativas à dívida pública, incluídos os precatórios judiciais; as disposições sobre alterações na legislação tributária; os critérios e formas de limitação de empenho; as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; as demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas; as disposições relativas à transparência, controle e fiscalização.

A LOA de 2027 será elaborada em conformidade com as diretrizes fixadas, devendo observar o equilíbrio entre receitas e despesas; a compatibilidade com o Plano Plurianual; a sustentabilidade fiscal das contas públicas; a transparência na gestão fiscal e o cumprimento das metas fiscais.

A LOA compreenderá: o orçamento fiscal referente aos poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta; o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados; o orçamento da administração indireta, incluindo o Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM).

Terão precedência na alocação de recursos na LOA as despesas relativas a ações e serviços públicos de saúde, observado o limite mínimo constitucional; manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da legislação vigente; saneamento básico e gestão ambiental, especialmente no âmbito do SESAM; assistência social;

manutenção dos serviços públicos essenciais; cumprimento de obrigações legais e constitucionais.

Fica o Poder Executivo autorizado, visando garantir flexibilidade na gestão orçamentária e a continuidade dos serviços públicos, a abrir créditos suplementares até o limite de trinta por cento do total da despesa fixada na LOA.

As emendas individuais propostas pelos vereadores serão aprovadas no limite de dois por cento da receita corrente líquida. Do montante previsto, cinquenta por cento serão destinados obrigatoriamente a ações e serviços públicos de saúde. Os recursos serão distribuídos de forma equitativa entre os vereadores. As emendas de bancada serão aprovadas no limite estabelecido na Lei Orgânica do Município. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações incluídas por emendas parlamentares, individuais e de bancada, de forma equitativa. A obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares observará a disponibilidade financeira e o cumprimento das metas fiscais. A execução das emendas parlamentares poderá ser suspensa ou não realizada, total ou parcialmente, nos casos de impedimento de ordem técnica. Considera-se impedimento técnico: ausência de projeto ou documentação necessária; incompatibilidade do objeto com políticas públicas existentes; inviabilidade técnica ou operacional da execução; impedimento jurídico ou legal; insuficiência de recursos financeiros para cumprimento das metas fiscais; incompatibilidade com o cronograma de execução orçamentária. A execução das emendas parlamentares observará a programação financeira e poderá ser objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, quando comprometer o equilíbrio fiscal do município; resultar em aumento de despesa incompatível com a capacidade financeira e estiver em desacordo com normas legais ou constitucionais.

O Poder Executivo poderá fir-

mar convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres com a União, o Estado e entidades públicas ou privadas, visando à execução de programas de interesse do município. O Poder Executivo poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação, desde que haja: interesse público devidamente justificado; previsão orçamentária; autorização legal específica. O Poder Executivo poderá destinar recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação vigente; possuam finalidade compatível com as políticas públicas do município; comprovem regularidade jurídica e fiscal.

O Poder Executivo promoverá a participação popular na elaboração e execução do orçamento, inclusive por meio de audiências públicas, consultas eletrônicas e outros mecanismos de transparência, assegurando acesso às informações, nos termos da legislação vigente.

Em sua justificativa, o prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO) ressaltou o rigoroso detalhamento no Anexo de Riscos Fiscais. Nele está registrado, de forma transparente, passivos contingentes relevantes, incluindo demandas judiciais decorrentes de precatórios do consórcio CISMARG, no montante de R\$ 7.636.096,15. De acordo com o prefeito, tal medida visa resguardar o planejamento municipal contra eventuais variações judiciais, demonstrando a responsabilidade da gestão com o patrimônio público.

Célio Roberto reafirmou ainda o compromisso com a alocação prioritária de recursos nas áreas de Saúde e Educação, bem como a manutenção de investimentos estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Carmópolis de Minas.

(Esta reportagem não reproduz o texto integral do projeto de lei.)

Trabalho do CAPS recebe reconhecimento no plenário da Câmara



Sérgio destacou a qualidade da equipe técnica.

Em manifestação feita durante a sessão ordinária do dia 27 de julho de 2026, sobre as explicações dadas naquela reunião pela secretária municipal de Saúde Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela e da equipe técnica do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Carmópolis de Minas sobre o funcionamento do órgão, o vereador Sérgio Damião Moraes, líder da bancada do PL, parabenizou toda a equipe, que, segundo ele, se mostra inteiramente capaz de atender de forma eficiente as necessidades da população, podendo, para tanto, contar com o suporte e o trabalho dos vereadores.

Sérgio lembrou que hoje praticamente todas as famílias precisam dos trabalhos de especialistas como psicólogos e psiquiatras, situações ainda mais requeridas pelos crescentes problemas relacionados aos usuários de drogas e álcool.

O parlamentar disse ter entendido melhor o trabalho do CAPS, ao receber explicações da equipe técnica do órgão sobre a situação de uma família que necessitava do atendimento e o havia procurado para encaminhar a situação. Ele elogiou o trabalho da enfermeira Helenice Maria; da coordenadora Heloísa Aparecida e da psicóloga Milena de Jesus, integrantes da equipe multidisciplinar do Centro de Atenção.

Sobre as atividades coletivas do Centro, o vereador disse ter visto várias vezes o passeio diário que é feito com os assistidos, muitos dos quais são pessoas conhecidas e amigas, numa prova de eficiência e amparo à coletividade.

“Ainda bem que temos o CAPS e os bons profissionais que trabalham na área, atuando no dia a dia”, concluiu Sérgio Damião.

Município concede isenção de taxas a órgãos estaduais

Por nove votos favoráveis e uma abstenção, foi aprovado em dois turnos, pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre a concessão de isenção de taxas municipais ao Estado de Minas Gerais, sob condição de reciprocidade, visando a desoneração de atos públicos municipais junto ao Corpo de Bombeiros Militar e outros órgãos estaduais.

De acordo com o texto do projeto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de taxas municipais ao Estado de Minas Gerais, seus órgãos e autarquias, inclusive ao Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar, relativas ao exercício do poder de polícia e à prestação de serviços públicos.

A isenção fica condicionada à reciprocidade de tratamento por parte do Estado de Minas Gerais em favor do Município de Carmópolis de Minas, especialmente no tocante às taxas estaduais de segurança pública, análise de projetos e vistorias contra incêndio e pânico.

Em sua justificativa, o prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO) argumentou que a isenção de taxas municipais ao Estado de Minas Gerais, visa a desoneração de atos públicos municipais junto ao Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos estaduais. O prefeito destacou a relevância da matéria e o evidente benefício econômico e administrativo para Carmópolis de Minas, motivos pelos quais solicitou a tramitação do projeto em caráter de urgência.

Justificando sua abstenção, a vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) explicou, na sessão ordinária do dia 13 de julho de 2026, que foi informado à Câmara que o projeto não exigia impacto orçamentário-financeiro, em razão da baixa renúncia de receita, mas o Poder Executivo deveria ter encaminhado esse estudo. Acrescentou que o município não poderia exigir contrapartida do governo de Minas Gerais e ressaltou que sua abstenção representava apenas seu posicionamento técnico, sem qualquer oposição ao mérito da proposta.

(Esta reportagem não reproduz o texto integral do projeto de lei.)

Programa de prevenção e conscientização para adolescentes e jovens é requerido à Prefeitura

Por meio do requerimento 189/2026, aprovado por unanimidade no plenário do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas na sessão ordinária do dia 20 de julho de 2026, o vereador Alex Enfermeiro (NOVO) encaminhou ao Poder Executivo, proposta de projeto de lei que institui o Programa Municipal de Prevenção e Conscientização para Adolescentes e Jovens, por meio de parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais.

De acordo com Alex, o requerimento tem como objetivo a criação de um programa municipal voltado à prevenção e à conscientização de adolescentes e jovens, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais. A iniciativa busca promover ações educativas voltadas à cidadania, à prevenção da violência, ao combate



Alex Enfermeiro: “Proposta visa contribuir para a formação cidadã dos jovens.”

às drogas, à cultura da paz, ao respeito às leis e ao fortalecimento dos vínculos entre a comunidade escolar, as famílias e os órgãos de segurança pública.

Argumenta ainda o parlamentar, que a proposta visa contribuir para a formação cidadã dos jovens, estimulando valores como responsabilidade, disciplina, respeito e convivência social, por meio de atividades preventivas e

educativas desenvolvidas em parceria com a Polícia Militar.

“Dessa forma, considerando a relevância da matéria para a promoção da segurança, da educação e da proteção da juventude, solicita-se que o Poder Executivo avalie a viabilidade de encaminhar o respectivo Projeto de Lei para apreciação desta Casa Legislativa”. salienta Alex no texto do

requerimento.

De acordo com a minuta do projeto anexada ao pedido, as ações do programa poderão compreender: palestras educativas ministradas por integrantes da Polícia Militar e profissionais convidados; rodas de conversas, seminários, oficinas e campanhas de conscientização; atividades voltadas à prevenção ao uso de drogas e à violência; orientações sobre segurança digital, combate ao bullying e cyberbullying; atividades de integração comunitária e valorização da cidadania.

O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação, acordos de parceria e outros instrumentos congêneres com a Polícia Militar e demais instituições, para a execução das ações previstas na futura lei.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos coletivos

Benedito Luiz da Silva (PSD), Claudinei Vicente da Silveira (REDE), Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE), Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD), Gustavo Henrique Oliveira (PSD) e Sérgio Damião Moraes (PL)

Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Envio à Câmara Municipal de cópias integrais dos extratos bancários da conta específica da COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data, permitindo o acompanhamento da movimentação financeira dos recursos arrecadados, bem como a verificação da correta aplicação desses recursos na manutenção, ampliação e modernização do sistema de iluminação pública do Município.

Garagem da Prefeitura - Que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural estude a viabilidade de reinstalar a cobertura do espaço destinado ao lava-jato da garagem da Prefeitura. Devido à ausência dessa cobertura, os servidores responsáveis pela limpeza dos veículos estão exercendo suas atividades expostos ao sol, o que tem causado desconforto e prejuízos às condições de trabalho.

Denominação de logradouros públicos - Envio de informações, documentos e registros fotográficos que comprovem o cumprimento da Lei Municipal nº 2.493/2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de ampla divulgação à população, pelo Poder Executivo Municipal, das leis que tratam da denominação ou alteração de denominação de logradouros públicos no município de Carmópolis de Minas, assegurando que a população tenha amplo acesso às informações, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa.

Prestação de serviços e assessoria - Relação de todos os contratos de prestação de serviços e contratos de assessoria, firmados pelo Município no período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data, envolvendo pessoas físicas e pessoas jurídicas, permitindo o acompanhamento da contratação de serviços pelo Município, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, transparência, eficiência e economicidade.

Convênios e doações - Informações e documentos referentes ao período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data: relação de todos os convênios firmados pelo Município; relação de todos os termos de doação firmados pelo Município, garantindo transparência na aplicação dos recursos públicos e possibilitando o acompanhamento dos convênios, termos de doação e benefícios concedidos pelo Município, em observância aos princípios da legalidade, publicidade e eficiência.

Internações compulsórias - Informações sobre a contratação de clínica especializada para prestação de serviços de internação compulsória. Informar a quantidade de internações compulsórias realizadas, de 2021 até a presente data. Informar quantas dessas internações foram decorrentes de decisão judicial e quantas ocorreram por outros meios legalmente previstos. Informar qual é a clínica ou instituição responsável pelo acolhimento dos pacientes submetidos à internação compulsória. Esclarecer se o município possui contrato ou convênio vigente com clínica especializada para a prestação desse serviço. Informar se existe demanda reprimida ou lista de espera para internação compulsória e, em caso positivo, qual o quantitativo de pacientes aguardando vaga.

Transporte escolar - Que sejam prestadas informações acerca da frota de ônibus utilizada no transporte escolar municipal. Encaminhar cópia do cronograma de manutenção preventiva e corretiva da frota, indicando as últimas revisões realizadas em cada veículo. Informar se existe planejamento para aquisição, substituição ou renovação da frota, indicando a previsão, caso existente.

Emendas parlamentares e subvenções sociais - Que sejam prestadas as seguintes informações: Em relação às emendas parlamentares individuais e de bancada inseridas na Lei Orçamentária Anual de 2025, encaminhar relação contendo somente as emendas que ainda se encontram pendentes de pagamento. Em relação às emendas parlamentares individuais e de bancada inseridas na Lei Orçamentária Anual de 2026, encaminhar relação contendo somente as emendas que já foram pagas. Encaminhar relação de todas as subvenções sociais e contribuições previstas no orçamento municipal, com o objetivo de possibilitar o acompanhamento da execução orçamentária.

Informações e documentos - Que seja encaminhado expediente ao Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, para que sejam prestadas as seguintes informações e encaminhados os documentos relacionados. Relação atualizada dos materiais disponíveis em estoque sob a responsabilidade da Secretaria; Relação de todas as aquisições dos materiais; Relação dos materiais já utilizados pela Secretaria. Caso exista controle de entrada e saída de materiais

do almoxarifado, encaminhar cópia dos respectivos registros referentes aos materiais

Festa do Rodeio - Que sejam solicitadas do Poder Executivo Municipal informações oficiais referentes à organização da Festa do Rodeio, evento já constante no calendário municipal agendado para este período. Origem do Recurso; Recursos Próprios; Emenda Parlamentar; Recurso Específico/Convênio.

Todos os vereadores

Audiência pública - Realização de audiência pública, em atendimento à solicitação dos moradores e proprietários de imóveis dos bairros Vista da Serra, Monte Carmelo e Boa Vista, representados por comissão de moradores e pelo abaixo-assinado subscrito por 221 cidadãos, com o objetivo de promover a escuta da comunidade acerca da anunciada implantação de um Parque de Exposições em área contígua aos referidos loteamentos.

Requerimentos individuais

Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Rua Dr. Paulo de Tarso Oliveira Lima - Em caráter prioritário, a elaboração do projeto e a execução do calçamento da Rua Dr. Paulo de Tarso Oliveira Lima, no Povoado do Japão Grande, município de Carmópolis de Minas, atendendo reivindicações dos moradores da referida via, que convivem diariamente com as dificuldades decorrentes da ausência de pavimentação.

Consórcio CODEMM - Informações e documentos referentes à participação do Município de Carmópolis de Minas no Consórcio CODEMM, garantindo transparência quanto à aplicação dos recursos públicos destinados ao Consórcio CODEMM e permitindo a avaliação dos benefícios efetivamente prestados ao Município, bem como da regularidade da prestação de contas apresentada ao Poder Executivo.

Custos adicionais de energia elétrica - Pedido à CEMIG para análise da possibilidade de adoção de condições tarifárias que permitam ao sistema de abastecimento de água do município operar sem incidência de custos adicionais no período compreendido entre 17h e 20h, faixa horária em que normalmente há cobrança mais elevada de energia elétrica, com o objetivo de viabilizar o acionamento das bombas de captação e distribuição de água justamente no horário de maior demanda da população, garantindo maior eficiência operacional, melhor regularidade no abastecimento e evitando que o elevado custo da energia nesse período impeça ou restrinja o funcionamento adequado do sistema.

Operadora Vivo - Que o prefeito municipal, em caráter de urgência, acione a operadora Vivo, solicitando: imediata manutenção da antena de telefonia móvel instalada no Povoado do Japão; revisão técnica geral da cobertura e da qualidade do sinal da operadora Vivo em todo o município; que seja informado à operadora Vivo que o município já possui legislação municipal para implantação da infraestrutura necessária para a tecnologia 5G.

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Doação de trator, carreta agrícola e grade aradora - Que o prefeito municipal preste informações e encaminhe documentos referentes ao termo de doação firmado com a CODEVASF, pelo qual o município de Carmópolis de Minas recebeu em doação patrimonial um trator agrícola, uma carreta agrícola e uma grade aradora. O referido termo estabelece que os bens *não* poderão ser utilizados para outras finalidades senão a de interesse social e sem fins lucrativos, vedando a alienação dos objetos doados. Há informações de que a administração municipal planeja repassar ou ceder o uso dos referidos bens a uma associação privada local, o que demanda rigorosa verificação de compatibilidade com os encargos da doação.

Gustavo Henrique Oliveira (PSD)

Estrada da Prainha - Informações acerca da estrada localizada no trecho da Prainha, com acesso ao Areão, no Distrito de Bom Jardim das Pedras, para que seja esclarecido se a referida via é de domínio público ou de propriedade particular. Caso seja constatado que a estrada integra o patrimônio público municipal, que o setor competente providencie o patrolamento da via e execute as melhorias necessárias, a fim de garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e acesso aos moradores e demais usuários.

Comércio ambulante - Que o Poder Executivo encaminhe à Câmara relação completa das autorizações, licenças e/ou alvarás emitidos para o exercício do comércio ambulante no município, no período compreendido entre 1º de janeiro do presente ano até a data de resposta do requerimento. Informar o valor total arrecadado no mesmo período, decorrente da emissão de licenças, alvarás e demais autorizações concedidas aos vendedores ambulantes. Cópia integral de toda a

documentação produzida no âmbito da atividade fiscalizatória relacionada ao comércio ambulante no período compreendido entre 1º de janeiro do presente ano até a data da resposta deste requerimento.

Rua Treze de Maio - Que seja realizada a manutenção do trecho compreendido na Rua Treze de Maio, do número 507 até a esquina da Rua Padre Jair Pereira, tendo em vista que o calçamento, encontra-se muito irregular, ocasionando transtornos e dificuldades de circulação para pedestres e veículos

Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Rede de iluminação pública - Que o Poder Executivo Municipal solicite retirada dos espichadores (esticadores) da rede de iluminação pública retirados pela empresa prestadora de serviços e que foram deixados sobre a via pública. Os materiais encontram-se nos seguintes locais: Rua Virgínia Ferreira de Oliveira, no Bairro Nossa Senhora de Fátima e Rua José Inácio da Silveira, no Bairro Glória. **Tampa da galeria pluvial** - Substituição, com a maior brevidade possível, da grade/tampa da galeria pluvial localizada na estrada principal de acesso ao Distrito do Bom Jardim das Pedras, que encontra-se danificada, oferecendo riscos à segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres que utilizam diariamente a via. A substituição é necessária nas proximidades da residência do senhor Geraldo, conhecido como Titico.

Alex Enfermeiro (NOVO)

Redutores de velocidade - Realização de estudo técnico visando à implantação de três redutores de velocidade (quebra-molas) nos seguintes locais: dois na Rua São Genaro, sendo um nas proximidades do nº 72 e outro em frente ao nº 59; um na Rua Franklin Lopes do Amaral, em frente ao nº 368, tendo em vista os frequentes relatos de acidentes e situações de risco registrados nesses trechos.

Avenida Firmino José de Freitas - Realização de estudos técnicos para a elaboração e implantação de um projeto de arborização na Avenida Firmino José de Freitas, especialmente ao longo do córrego existente na via, com o objetivo de promover melhorias ambientais e na qualidade de vida da população. A arborização ao longo do córrego contribuirá para a redução da poeira, proporcionando um ambiente mais agradável, além de oferecer sombra aos pedestres que utilizam diariamente a avenida para caminhadas, atividades físicas e lazer.

Prevenção e Conscientização para Adolescentes e Jovens - Que o senhor prefeito analise a viabilidade de encaminhar à Câmara, projeto de lei que institui o Programa Municipal de Prevenção e Conscientização para Adolescentes e Jovens, por meio de parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais. Iniciativa busca promover ações educativas voltadas à cidadania, à prevenção da violência, ao combate às drogas, à cultura da paz, ao respeito às leis e ao fortalecimento dos vínculos entre a comunidade escolar, as famílias e os órgãos de segurança pública.

Redutores de velocidade e sinalização - Que o senhor prefeito informe as razões pelas quais, até a presente data, não foram executadas as medidas anteriormente informadas em resposta ao requerimento que solicitava a implantação de redutores de velocidade (quebra-molas) e de sinalização viária na Avenida Dionésio José Costa. Que sejam adotadas, com a máxima urgência, as providências necessárias para a implantação de redutores, no trecho compreendido entre a sede da empresa Autocar e a ponte que antecede o Supermercado BH. Implantação da sinalização horizontal e vertical no referido trecho, bem como a devida sinalização nas entradas e saídas da Rua José Múcio da Silveira, Rua Aníbal Gonçalves e Rua Elvira Marques Costa.

Rafael Batista dos Reis (MDB)

Povoado Córrego do Paiol - Que seja encaminhado expediente ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal – SESAM, solicitando a realização de vistoria técnica no ponto de descarte de resíduos sólidos localizado no povoado Córrego do Paiol, bem como a adoção das providências necessárias para sua regularização. A solicitação decorre de reclamações apresentadas por moradores da comunidade e da constatação, por meio de registros fotográficos, de que o local destinado ao descarte de resíduos encontra-se em condições inadequadas.

Benedito Luiz da Silva (PSD)

Rua Maria Conceição Santos - Instalação de poste com luminária na Rua Maria Conceição Santos, nas proximidades dos números 221 a 263, próximo à esquina, tendo em vista que o local se encontra muito escuro, comprometendo a segurança e a visibilidade dos moradores e transeuntes.

Praça dos Passos - Realização de manutenção na Praça dos Passos, especialmente na área destinada à grama, que se encontra praticamente sem cobertura vegetal, com grande parte do local tomado por terra.

Povoado sofre com problema no descarte de resíduos sólidos

O vereador Rafael Reis, líder da bancada do MDB, encaminhou requerimento ao Poder Executivo de Carmópolis de Minas, aprovado por unanimidade na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13 de julho de 2026, solicitando o envio de expediente ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM), para que promova vistoria técnica no ponto de descarte de resíduos sólidos localizado no Povoado Córrego do Paiol, bem como a adoção das providências necessárias para sua regularização.

A iniciativa foi motivada por reclamações apresentadas por moradores da comunidade e pela constatação, por meio de registros fotográficos anexados ao requerimento, de que o local destinado ao descarte de resíduos encontra-se em condições inadequadas.

O parlamentar explicou que, atualmente, os resíduos são depositados em uma antiga caixa d'água utilizada como recipiente de coleta. Contudo, a estrutura é imprópria para essa finalidade, não possuindo sistema de drenagem que permita o escoamento da água da chuva, podendo favorecer o acúmulo de



Rafael solicitou que o SESAM promova a regularização do local.

água parada e, consequentemente, a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika.

As fotografias também demonstram que a capacidade do recipiente é insuficiente para atender à demanda da comunidade, ocasionando o transbordamento dos resíduos e seu descarte diretamente no solo. Essa situação provoca mau cheiro, atrai insetos e outros animais, compromete a saúde pública, causa impactos ambientais e prejudica a qualidade de vida dos moradores. Além disso, a coleta de lixo no povoado é realizada apenas às segundas-feiras, frequência que, diante da realidade observada, mostra-se insuficiente para atender adequadamente à população.

Diante da situação, Rafael Reis solicitou que o SESAM realize vistoria técnica no ponto de descarte de resíduos sólidos do Povoado Córrego do Paiol, promova a regularização do local por meio da substituição ou adequação do recipiente atualmente utilizado por equipamento apropriado para o acondicionamento dos resíduos, eliminando os riscos de acúmulo de água e transbordamento do lixo, realize a limpeza imediata da área e elabore estudo técnico para avaliar a ampliação da frequência da coleta de lixo no povoado. O vereador também requereu que o SESAM encaminhe à Câmara Municipal informações acerca das providências adotadas e do prazo previsto para sua execução.

Vereadores aprovam cinco projetos de suplementação

O plenário do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou em dois turnos, por unanimidade e com emendas, em sessões ordinárias realizadas no mês de julho de 2026, 5 projetos de leis do Poder Executivo, abrindo créditos adicionais suplementares ao orçamento municipal.

No Projeto de Lei nº 31, de 19 de junho de 2026, o Poder Executivo solicitou a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento municipal.

da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) suprimiu o item relativo a Recursos não Vinculados de Impostos, no valor de R\$ 1.775.600,65, passando o total para R\$ 9.888.867,25 e o limite

para 9,68%.

Pelo Projeto de Lei nº 32, de 19 de junho de 2026, o Executivo solicitou a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 1,24%, correspondendo a R\$ 1.258.006,08. Emenda de redação da CLJR visou exclusivamente sanar impropriedades formais apontadas no parecer técnico contábil-financeiro, sem promover qualquer alteração de mérito na proposição.

O Projeto de Lei nº 33, de 19 de junho de 2026 solicitou abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite de 1,26% do valor orçamentário fixado para a unidade. O limite autorizado corresponde ao montante nominal de R\$ 1.278.751,04. Emenda de redação da CLJR apenas sanou impropriedade formal apontada em parecer técnico contábil-financeiro, sem promover qualquer alteração de mérito na proposição.

O Projeto de Lei nº 34, de 23 de junho de 2026, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 100.000,00, majorando o fomento anual da Associação Comercial e Industrial de Carmópolis de Minas (ASCINCAR) do valor atual de R\$ 80.000,00 para o montante global de R\$ 180.000,00. O aporte financeiro será integralmente revertido no planejamento, aquisição e montagem da estrutura de iluminação e ornamentação de Natal nos espaços públicos centrais da cidade.

Por meio do Projeto de Lei nº 35, de 23 de junho de 2026, o Poder Executivo foi autorizado a abrir crédito adicional suplementar, até o limite de R\$ 195.000,00, para reforço do Fundo Municipal de Assistência Social; destinado a manter as atividades do Bolsa Família e Cadastro Único.

Vereador solicita iluminação em rua e manutenção em praça

Dois pedidos ao Poder Executivo, visando melhorar a infraestrutura de Carmópolis de Minas, foram feitos pelo vereador Benedito Luiz da Silva (PSD) na sessão ordinária legislativa realizada no dia 27 de julho de 2026. No primeiro, formalizado em requerimento, ele solicitou a instalação de um poste de iluminação na Rua Maria Conceição Santos, e no segundo, de forma verbal, ele pediu manutenção em canteiro da Praça dos Passos.

Por meio do Requerimento nº 193/2026, Benedito solicitou ao setor competente que providencie a instalação de poste com luminária na Rua Maria Conceição Santos, nas proximidades dos números 221 a 263, próximo à esquina, tendo em vista que o local se encontra muito escuro, comprometendo a segurança e a visibilidade dos moradores e transeuntes.

Benedito ressaltou



Benedito ressaltou a necessidade social das melhorias.

que existem três postes no final da via, que se encontram sem luminárias, sendo necessária a instalação da iluminação adequada para garantir maior segurança e melhor visibilidade no local.

“A iluminação pública é um serviço essencial para a segurança, trafegabilidade e bem-estar da população. O trecho citado encontra-se escuro, gerando sensação de insegurança e expondo moradores e transeuntes a riscos constantes”, diz literalmente o requerimento.

Na mesma sessão,

Benedito pediu ao Poder Executivo que execute trabalho de manutenção no canteiro localizado na Praça dos Passos, que no momento se encontra sem cobertura vegetal e na pura terra, gerando incômodos aos munícipes, especialmente na ocorrência de chuvas, quando é formada uma poça d'água no local.

Para amenizar o problema, Benedito pediu a plantação de grama na extensão do canteiro, acabando com a grande quantidade de terra hoje vista naquela praça.

Moção de pesar

João Geraldo Rabelo – “João do Dedé”

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, nos termos do inciso XI do artigo 139 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta a presente moção de pesar pelo falecimento do ex-vereador João Geraldo Rabelo, ocorrido em 05 de julho de 2026.

Filho de José Rabelo Costa e Palmira Maria de Jesus, João Geraldo Rabelo, conhecido popularmente como “João do Dedé” nasceu em Carmópolis de Minas, em 25 de novembro de 1940, e construiu uma trajetória marcada pelo trabalho, pela dedicação à família e pelo compromisso com o desenvolvimento do município.

Desde muito jovem dedicou-se às atividades rurais, atuando na agricultura e na pecuária leiteira. Ao longo de sua vida exerceu diversas atividades ligadas ao comércio e ao setor hortifrutigranjeiro, destacando-se como produtor rural, tomaticultor e comerciante, contribuindo significativamente para o fortalecimento da economia local. Foi um dos pioneiros no cultivo do tomate em Carmópolis de Minas e participou ativamente do desenvolvimento da cadeia produtiva agrícola do município.

Também teve expressiva atuação comunitária, sendo um dos fundadores do Time da Gerais, integrante da diretoria do Independente Futebol Clube e da Cooperativa, sempre colaborando com iniciativas voltadas ao progresso de Carmópolis de Minas.

Na vida pública, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), foi eleito vereador para a 10ª Legislatura (1983–1988). Durante seu mandato, dedicou-se especialmente à melhoria das comunidades rurais, atuando na busca de recursos e na realização de importantes obras e conquistas para o município, dentre as quais se destacam a recuperação da Ponte do Pará, a instalação de mata-burros, a estadualização da Escola Presidente Tancredo Neves, a abertura da estrada que liga o Bistecão ao Chapéu do Sol, além de contribuir para a reforma da Escola da Gerais e da ponte localizada na comunidade Chapéu do Sol.

Homem simples, trabalhador e comprometido com o bem comum, “João do Dedé” deixa um legado de dedicação ao serviço público, ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da comunidade carmopolitana, permanecendo como exemplo de honestidade, perseverança e espírito público.

Neste momento de profunda tristeza, a Câmara Municipal solidariza-se com todos os familiares e amigos, especialmente com seu neto, o vereador João Vitor Leite Rabelo, rogando a Deus que conceda conforto, força e serenidade para enfrentar esta irreparável perda.

Que seja dada ciência desta Moção à família enlutada, como expressão do respeito, reconhecimento e das mais sinceras condolências do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2026.

Benedito Luiz da Silva (PSD); Claudinei Vicente da Silveira (REDE); Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE); Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD); Gustavo Henrique Oliveira (PSD); Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO); Palmério Alex Castro Ferreira (NOVO); Rafael Batista dos Reis (MDB). Sérgio Damião Moraes (PL) e Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Santa Casa precisa de união política para atender melhor

O vereador Gustavo Henrique Oliveira, líder da bancada do PSD, criticou a interferência política negativa, considerada por ele como “politicagem”, em assuntos ligados à Santa Casa de Carmópolis de Minas e defendeu a união em torno do hospital, tendo em vista ser a porta de entrada para todos que necessitam de tratamento.

Falando sobre o tema na sessão ordinária da Câmara Municipal do dia 13 de julho de 2026, Gustavo afirmou que, embora os vereadores se preocupem com a Santa Casa, inclusive destinando a ela parte substancial de suas emendas impositivas, ele fica triste quando um munícipe vem até ele para dizer que precisou se deslocar para outra cidade, com o objetivo de conseguir uma consulta, exame ou determinado procedimento. “Fico triste com a situação das pessoas em procurarem atendimento fora daqui, algo que seria de pronto-atendimento disponível em Carmópolis”, grifou o parlamentar, alertando para a necessidade de trabalhar as políticas



Gustavo alertou para os danos causados à instituição pela politicagem.

públicas para essa área.

Gustavo disse ainda que vê a Santa Casa ampliando a sua estrutura física, trazendo salas vermelhas e novos espaços de prestação de serviços, como o pronto-atendimento em instalação na antiga Clínica Abraço. Destacou que a instituição de saúde está, portanto, bem dotada de estrutura, com espaços adequados ao atendimento à população, mas manifestava sua preocupação e deixava um alerta em relação ao que tem chegado até ele por parte de munícipes, mostrando problemas no atendimento.

Na mesma manifestação, o parlamentar manifestou sua alegria com a notícia dada naquela mesma sessão pela secretária municipal da Saúde, Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela, de que a Santa Casa havia iniciado o atendimento de cirurgias eletivas, como também de alguns exames, passo importante para a melhoria do setor de Saúde. Mas reforçou o argumento de que é preciso olhar para a Santa Casa com mais carinho e união, como local que realmente salva vidas, sendo, portanto, essencial para o município.

Problemas na estrada da Usina e lâmpadas apagadas no centro da cidade afetam a população

Falhas estruturais crônicas na estrada da Usina e a presença de lâmpadas de iluminação pública queimadas na Praça do Carmo foram dois temas destacados pelo vereador Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD), na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 13 de julho de 2026. Ambas as questões foram apontadas como prejudiciais à população, havendo necessidade de atitudes rápidas por parte do Poder Executivo.

Sobre a estrada da Usina, Gilberto informou que alguns trechos estão em péssimas condições, e se fosse em outra estrada ou localização, o serviço já teria sido executado. “A gente vê a dificuldade que os usuários estão encontrando para trafegarem pelo trecho”, constatou o vereador, exemplificando com um ponto onde a presença de pedras exige ação imediata da Prefeitura, no sentido de melhorar



Para diminuir os efeitos dos problemas, Gilberto pediu ações mais rápidas do Poder Executivo.

a trafegabilidade.

Em conversa com o secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, Dirceu da Silva, o vereador foi informado de que a obra seria realizada assim que fosse concluído o trabalho na região do Pará. Para Gilberto, entretanto, isso significa demora, em vista do volume de serviço ainda a ser executado. “Pedimos a atenção do secretário, para que possa dar uma olhada no problema”, acrescentou.

Sobre os pontos com lâmpadas queima-

das na Praça do Carmo, Gilberto ressaltou que algumas permanecem apagadas há bastante tempo. Ele lembrou que a festa da padroeira da cidade ocorreria naquela semana, e também por isso o espaço requeria maiores atenções do poder público.

Da mesma forma, Gilberto apontou outros pontos da região urbana em que a iluminação pública apresenta deficiência gerada por lâmpadas queimadas, pedindo mais atenção e vistorias periódicas do órgão competente.

Valdemar Luiz dos Santos é novo nome de rua no povoado do Pará

Por unanimidade de votos, foi aprovado pelo Poder Legislativo de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária do dia 06 de julho de 2026, projeto de lei de autoria do vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO que denomina como Rua Valdemar Luiz dos Santos, via pública localizada no povoado do Pará, município de Carmópolis de Minas, com início na estrada principal do Povoado do Pará. O Poder Executivo Municipal adotará as providências necessárias à identificação da via pública, mediante a instalação da respectiva placa de denominação.

Justificando sua iniciativa, Marcelo de Freitas disse prestar justa e merecida homenagem a um cidadão que deixou relevantes exemplos de trabalho, honestidade e dedicação à família e à comunidade local.

De acordo com o texto da justificativa, Valdemar Luiz dos Santos foi morador da propriedade rural por onde passará a referida rua, mantendo profunda ligação com a região e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade por meio de sua atuação como agricul-

tor. Homem simples, íntegro e trabalhador, dedicou sua vida ao cultivo da terra, atividade que exerceu com esforço, perseverança e dignidade.

Ao longo de sua trajetória, constituiu uma família exemplar, criando seus filhos Altair, Maria Antônia, Osvaldo Luís, Joaquim Luís, Altair Luís, Antônio Assis, Jandira, Cenira, Sônia e Magna com os valores do respeito, da responsabilidade e do trabalho honesto. Deixou, assim, um legado de caráter, dignidade e retidão que permanece vivo entre seus familiares, amigos e todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele.

A atribuição de seu nome à nova via pública representa o reconhecimento do Poder Público Municipal à memória de um cidadão que contribuiu para a construção da identidade e da história do Povoado do Pará. Trata-se de uma homenagem que perpetua sua lembrança e serve de inspiração às presentes e futuras gerações, valorizando aqueles que, por meio do trabalho e da dedicação à comunidade, ajudaram a construir o desenvolvimento do município.

Secretaria da Saúde presta contas do 1º quadrimestre



A secretária e o controlador-geral apresentaram os resultados aos vereadores.

Cumprindo exigência legal, a secretária de Saúde de Carmópolis de Minas Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela participou da sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13 de julho de 2026, para prestar contas de sua pasta relativas ao primeiro quadrimestre de 2026. Também participaram o controlador-geral Wesley Aparecido da Silva e a subsecretária de Saúde Pollyanna Alvim Silva.

Abordando a parte financeira, o controlador detalhou as despesas dos cinco blocos em que o setor de Saúde é dividido: Administração da Saúde – R\$ 905.702,51; Atenção Primária – R\$ 3.833.142,99; Alta e Média Complexidade – R\$ 6.488.936,33; Vigilância Sanitária – R\$ 71.809,74 e Vigilância Epidemiológica – R\$ 394.783,07, com total aplicado de R\$ 11.694.374,64. Este montante foi consumido em vários blocos, também detalhados por Wesley. Ele destacou ainda as receitas recebidas pelo município provenientes de fundos.

Na parte dos resultados, a secretária mostrou as estatísticas de atendimento. Na Rede de Atenção Primária, as equipes de saúde da família fizeram 50.024 visitas domiciliares de Agentes Comunitários da Saúde (ACS); 23.607 visitas de Agentes Comunitários de Endemias (ACE); 9.470 atendimentos técnicos de enfer-

magem; 1.518 atendimentos de equipes multiprofissionais na atenção primária à saúde (EMULT); 139 atividades coletivas EMULT; 200 atividades coletivas no Centro de Conviver Ativo; 176 atendimentos no Centro de Conviver Ativo e aplicaram 4.690 doses de vacinas.

No período, foram 2.773 atendimentos odontológicos; 7.741 atendimentos médicos; 3.007 atendimentos de enfermagem e 1.177 atendimentos psicológicos. No Núcleo Saúde da Mulher e da Criança foram realizados 497 atendimentos de ginecologia; 468 de obstetrícia; 1.682 atendimentos de pediatria e 160 de mastologia.

Foram exibidos os resultados referentes aos atendimentos em média e alta complexidade, produção cirúrgica, consultas e exames especializados, incluindo Tratamento Fora do Domicílio (TFD) via ICISMEP (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba); exames laboratoriais; dispensações do componente básico da assistência farmacêutica; medicamentos e dietas enterais judicializados pelo município.

Na sequência, a secretária respondeu a questionamentos dos vereadores. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

CAPS esclarece sobre seu trabalho e o aumento das internações compulsórias

A secretária municipal de Saúde de Carmópolis de Minas, Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela, participou da sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 27 de julho de 2026, para falar sobre o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e os procedimentos relacionados às internações compulsórias de dependentes químicos e portadores de transtornos mentais. Convidada pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, ela esteve acompanhada da enfermeira Helenice Maria; da coordenadora Heloísa Aparecida e da psicóloga Milena de Jesus, integrantes da equipe multidisciplinar do Centro de Atenção.

De acordo com a coordenadora Heloísa, o CAPS de Carmópolis é do tipo 1, dimensionado para cidades com população acima de 15 mil habitantes, que atende casos de transtornos mentais e dá suporte para questões de álcool e drogas (AD). Demais casos entram na regionalização, com Carmópolis sendo atendida pelo município de Oliveira.

A enfermeira Helenice explicou que o CAPS de Carmópolis funciona de 7h às 16h, com uma equipe multidisciplinar composta por psiquiatra, enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo, oficineiro, recepcionista e coordenador. Na unidade é oferecido o tratamento para transtornos psiquiátricos graves, leves e moderados, e também tratamento de dependentes químicos, seja de álcool ou drogas. Entretanto, o tratamento é voluntário, não sendo possível inserir pessoas de forma involuntária. Quando uma família procura o CAPS pedindo tratamento, é feita uma busca ativa, na tentativa de inserir o paciente, mas o processo é difícil, pois a maioria não aceita o tratamento.

Helenice apontou a existência do fluxo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para a qual são encaminhados os pacientes cujos casos o CAPS de Carmópolis não consegue resolver. Em situações mais graves, é pedido à família do paciente que acione o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e que ele seja levado à Santa Casa de Carmópolis, onde será atendido e, se preciso for, cadastrado para internação. “A função do CAPS é seguir o fluxo da RAPS

e não o de pedir a internação compulsória”, ressaltou a enfermeira.

Sobre o aumento do número de internações compulsórias verificado no município nos últimos dois anos, Helenice explicou ter ocorrido mudanças no Poder Judiciário e da Promotoria. Antes, havia um acordo com o Judiciário, estabelecendo que todo pedido de internação compulsória que chegasse até o Ministério Público, seria encaminhado ao CAPS, para que a equipe multidisciplinar avaliasse a real necessidade de internação. Com a mudança de gestão no Judiciário, houve um acréscimo nas internações compulsórias. “Quando o Judiciário interna, não quer dizer que está correto. Às vezes o Judiciário erra muito”, assinalou Helenice, revelando ainda que hoje, quando existe o pedido formal de um médico, o Judiciário já manda para internação. Segundo ela, o CAPS só pede a internação quando todos os recursos da saúde estejam esgotados.

Para Helenice, cabe à Secretaria Municipal da Saúde, junto ao Jurídico da Prefeitura, intervir na questão, pois é preciso preservar o usuário da saúde mental. Grifou que as internações têm passado de 90 dias, à revelia da Lei 13.840, pela qual esse tempo não pode ser ultrapassado. “A prática é manicomial, já que as internações só podem se feitas em uma unidade de saúde, e o CAPS não tem esta diretriz”, apontou Helenice.

Também falou sobre o tema a psicóloga Milena de Jesus, enfatizando a luta antimanicomial e o trabalho para que essas internações não ocorram. Segundo ela, não fosse isso, o número de internações seria bem maior. Esclareceu que o CAPS foi criado exatamente dentro desse objetivo, pois o usuário ou pessoa que apresente transtorno mental tem o direito de ser tratado em liberdade, caso contrário estaremos regredindo aos manicômios. “Temos que lutar pelo nosso serviço, que é o serviço do cuidado em liberdade, concluiu.

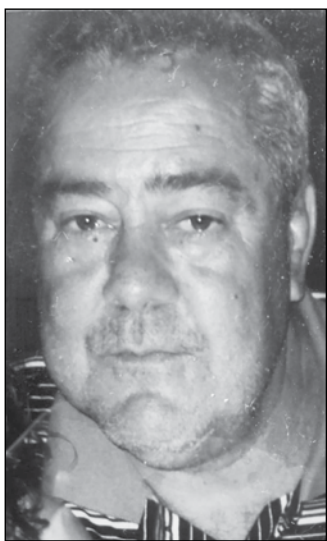
A equipe do CAPS também respondeu a questionamentos dos vereadores, que participaram ativamente do diálogo. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Alameda Floresta Tropical recebe o nome de Geraldo José Gonçalves

Por unanimidade de votos, o Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou, na sessão ordinária realizada no dia 13 de julho de 2026, projeto de lei de autoria do vereador Fernando Luis Rabelo Lebron, líder da bancada do REDE, alterando a denominação da Alameda Floresta Tropical, localizada no loteamento Residencial Mirante da Serra, para Alameda Geraldo José Gonçalves. O Poder Executivo adotará as providências necessárias para a atualização dos registros, cadastros, mapas e demais documentos oficiais que contenham a denominação da via pública.

Justificando sua iniciativa, Fernando disse prestar uma justa e merecida homenagem a um cidadão que marcou sua trajetória de vida pelo trabalho, honestidade e dedicação à comunidade de Carmópolis de Minas.

Geraldo José Gonçalves nasceu em 14 de dezembro de 1959, em Belo



Geraldo José Gonçalves: trabalho, honestidade e dedicação à comunidade.

Horizonte, filho de Lealdina de Jesus Gonçalves e Francisco Gonçalves. Em 1981, juntamente com sua esposa, Eliane Mirian de Aguiar, estabeleceu residência em Carmópolis de Minas, onde constituiu sua família e construiu sólidos vínculos de amizade e respeito com a população local. Pai de quatro filhos: Aline, Alisson, Alan e Aleph, destacou-se profissionalmente como vendedor

de automóveis, sendo reconhecido por sua seriedade, cordialidade e comprometimento. Sua atuação pautou-se por valores que lhe renderam admiração e estima de todos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Seu falecimento, ocorrido em 24 de março de 2017, aos 57 anos de idade, deixou profunda saudade entre familiares, amigos e toda a comunidade. Entretanto, seu legado permanece vivo por meio dos exemplos de honestidade, simplicidade, generosidade e respeito ao próximo que cultivou ao longo de sua vida. Dessa forma, a alteração da denominação da via pública para Alameda Geraldo José Gonçalves constitui uma forma de perpetuar sua memória e reconhecer sua contribuição para a comunidade carmopolitana, valorizando a história daqueles que ajudaram a construir e fortalecer os laços sociais no município.

Rua do Japão Grande passa a se chamar Orzelino Bernardes Alves

Apresentado pelo vereador João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, foi aprovado por unanimidade, na sessão ordinária do dia 06 de julho de 2026, projeto de lei que denomina via pública no povoado Japão Grande como Rua Orzelino Bernardes Alves (Dim Zelino), com início na Rua Cláudio Henrique da Silva, antiga Rua Taquara, entre os números 850 e 880. O Poder Executivo Municipal providenciará a devida identificação da via, mediante a instalação de placa indicativa com a denominação.

De acordo com a justificativa apresentada por João Vitor, o objetivo é oficializar a denominação de uma via pública já consolidada e utilizada pela comunidade local há aproximadamente uma década, situada na região de acesso à Fazenda Taquara e paralela à Rua Amália Laudelina de Jesus.

Informa o parlamentar que, embora o parcelamento da área ainda não tenha sido objeto de aprovação formal pelo município, a realidade fática demonstra a existência da via há vários anos, sendo utilizada regularmente por moradores e proprietários de imóveis da localidade. Ao longo do tempo, a ocupação da região foi se consolidando, havendo atualmente diversas residências implantadas, famílias estabelecidas e utilização contínua da via para acesso aos imóveis existentes.

A localidade já conta com características próprias de ocupação urbana, incluindo fornecimento de serviços essenciais, circulação de veículos e pedestres, coleta de resíduos e demais atividades inerentes à vida comunitária. Entretanto, a ausência de denominação oficial da via tem gerado dificuldades relacionadas à identificação dos imóveis, ao recebimento de



Orzelino, com sua esposa Laudelina.

correspondências, ao cadastramento junto a órgãos públicos e concessionárias, bem como ao atendimento por serviços de emergência, segurança e saúde. A regularização da nomenclatura da via representa medida de interesse público, proporcionando maior organização territorial, facilitando a identificação dos endereços e contribuindo para a integração da localidade ao sistema oficial de cadastro municipal, ligação de energia elétrica, etc.

Orzelino Bernardes Alves, carinhosamente conhecido como “Dim Zelino”, homem simples, trabalhador e muito respeitado no povoado Japão Grande, especialmente na região da Taquara, dedicou toda a sua vida ao trabalho e à construção de sua família, tornando-se exemplo de honestidade, perseverança e amor ao próximo. Filho de uma família de cinco irmãos, desde cedo aprendeu o valor do esforço e da dedicação. Após seu casamento com Amália Laudelina de Jesus, mudou-se para o local denominado Taquara, onde viveu até o fim de sua vida, construindo ali sua história e criando raízes profundas na comunidade. Ao lado de sua esposa, constituiu uma grande família, tendo nove filhos, embora tenha enfrentado a dor da perda de um deles ainda bebê. Homem de grande determinação, trabalhou incansavelmente para garantir o sustento e o bem-estar de seus familiares. Com muito esforço, adquiriu terras dos cunhados para ampliar sua propriedade, dedicando-se à agricultura e à produção rural, sendo conhecido pela fabricação de rapadura e

pelas plantações de café, milho e arroz.

Dim Zelino tornou-se referência de trabalho e dignidade no povoado Japão Grande. Sua trajetória foi marcada não apenas pela força no trabalho, mas também pelo amor e fidelidade à família. Quando sua esposa enfrentou uma grave enfermidade, a lepra, permaneceu ao seu lado em todos os momentos, mesmo diante das dificuldades e dos conselhos de pessoas que diziam que deveria abandoná-la. Demonstrou, assim, grande caráter, humanidade e companheirismo, sendo exemplo de amor verdadeiro e respeito à família.

A história de Dim Zelino se confunde com a própria história da Taquara, pois sua vida deixou marcas profundas na comunidade. Homem humilde, corajoso e trabalhador, conquistou o respeito e a admiração daqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Seu legado ultrapassou gerações, sendo transmitido aos filhos, netos e bisnetos, muitos dos quais ainda residem na comunidade, preservando seus ensinamentos e valores.

Conclui João Vitor, argumentando que a denominação da via pública representa uma justa e merecida homenagem à memória de um homem que tanto contribuiu para o desenvolvimento humano, familiar e comunitário da região. Mais do que homenagear um cidadão, a proposição eterniza a história de dedicação, trabalho e amor deixada por Dim Zelino ao povo de Carmópolis de Minas.



**PARA FALAR COM A
CÂMARA MUNICIPAL**



UTILIZE O TELEFONE OU WHATSAPP

37 3407 0089

Instalação de novo parque de exposições é discutida em audiência pública

Convocada por meio de requerimento assinado por todos os vereadores, a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizou, no dia 28 de julho de 2026, audiência pública, em atendimento à solicitação dos moradores e proprietários de imóveis dos bairros Vista da Serra, Monte Carmelo e Boa Vista, com o objetivo de promover a escuta da comunidade acerca da anunciada implantação de um Parque de Exposições em área contígua aos referidos loteamentos.

Abrindo a sessão, o presidente do Legislativo, vereador Claudinei Vicente da Silveira (REDE) informou que foram convidados o prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO); os secretários municipais e os demais representantes da administração, que, entretanto, não compareceram ou apresentaram justificativa de ausência. Da mesma forma, apesar da ampla divulgação pelos canais oficiais da Câmara, registrava-se uma participação menor do que a esperada por parte da comunidade.

“Ainda assim, a Câmara reafirma seu compromisso com a população, abrindo a palavra aos presentes”, argumentou Claudinei. Também deixaram de comparecer os vereadores Rafael Batista dos Reis, líder da bancada do MDB e Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO, que justificou sua ausência durante a sessão ordinária do dia 27 de julho, afirmando que os debates se encaminhavam para palco político, do qual ele não desejava participar.

Na tribuna, o cidadão José Gustavo de Souza Barros manifestou-se contra a realização da Festa do Rodeio, em vista da questão estrutural da cidade, que no momento apresenta ruas quase intransitáveis e estra-



José Gustavo de Souza Barros manifestou-se contra a realização da Festa do Rodeio.

das rurais em condições catastróficas. Também apontou o grande gasto de recursos públicos na realização do evento, dinheiro que poderia ser aplicado na melhoria da infraestrutura municipal. Lembrou que no plano de governo da administração está prevista a revitalização do atual parque de exposições. Disse que o incômodo do som não pode ser visto como impedimento, já que ocorreria em qualquer ponto da cidade. Também não seriam argumentos para descontinuar o uso do atual parque as questões de acessibilidade e tamanho. E reafirmou que a questão maior são os gastos, ante as necessidades estruturais vividas no município.

José Gustavo mostrou que, ao longo do tempo, o parque de exposições foi motivo de muitas manifestações na Câmara e matéria de jornal, tendo a mesma conotação de outros temas como o terminal rodoviário; a obra parada no bairro Santa Helena e o novo centro administrativo. Para ele, são situações que vêm acontecendo ao longo do tempo e que a população não acompanha, mostrando que mais esta ideia mirabolante de um novo parque de exposições não se sustenta na realidade.

E concluiu, lendo ata da sessão extraordinária da Câmara realizada em setembro de 2019, convocada para

discussão e votação de projeto de lei do Poder Executivo que autorizava a permuta de imóveis para ampliação do atual parque de exposições, iniciativa elogiada pelo então vereador Célio Roberto, hoje prefeito e proponente da nova área. Naquela reunião, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade.

Também apresentando argumentos contra a realização do evento, falaram Carlos Alberto Alves Pereira (Carlos Caap); Whattiffa Franciele dos Santos Nogueira; Everton Patrício Costa (representante do Bairro Monte Carmelo) e Antônio de Souza Santos (Baiano).

A vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) propôs a realização de uma enquête, entre os presentes, para apontar quem seria contra ou a favor da realização do Rodeio no novo espaço. Ela também propôs votos de repúdio pela mudança do local da festa e pela ausência dos membros do Poder Executivo à audiência pública. Posta em prática, a enquête não apresentou nenhum voto favorável à realização do Rodeio no novo espaço.

Todos os vereadores presentes abordaram o tema. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da audiência, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Saúde mental, mobilidade urbana e castração de animais são focos de atuação de vereadora

Três assuntos de grande interesse público foram destacados pela vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO), em suas manifestações ao longo das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizadas no mês de julho de 2026: o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que cuida da saúde mental da população; a mobilidade urbana e o projeto de lei que estabelece transparência à fila de espera para castração de cães e gatos.

Participando da discussão com a secretária municipal de Saúde Sheila Cristina da Silva Ramos Vilela e equipe técnica do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) representada pela enfermeira Helenice Maria; coordenadora Heloísa Aparecida e psicóloga Milena de Jesus, sobre o funcionamento da unidade no município, Tirzah destacou a competência dos profissionais que atuam no órgão e defendeu o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental em Carmópolis de Minas. A vereadora chamou atenção para a necessidade de implantação de um CAPS Infantil, ampliação das atividades terapêuticas e ocupacionais e maior apoio às famílias que convivem com pessoas em sofrimento psíquico. Também reforçou que a saúde deve ser prioridade na aplicação dos recursos públicos e defendeu o acesso ao tratamento, sempre que houver indicação médica. A parlamentar também cobrou novamente a divulgação da transparência na Fila



Tirzah destacou a importância dos temas para os carmopolitanos.

do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro tema destacado por Tirzah foi a mobilidade urbana, sobre o qual voltou a defender a implantação do Departamento Municipal de Trânsito (CarmoTrans) e cobrou maior agilidade no encaminhamento do projeto relacionado ao Plano de Cargos e Salários, necessário para estruturação da nova área. Segundo a vereadora, Carmópolis enfrenta diversos desafios no trânsito e precisa de planejamento técnico para melhorar a circulação de veículos, aumentar a segurança viária e preparar a cidade para seu crescimento.

A parlamentar também apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 46, protocolado em conjunto com seus colegas de bancada do Partido NOVO João Vitor Leite Rabelo e Alex Enfermeiro, explicando que a proposta busca dar transparência à fila de espera do Programa Municipal de Castração. Alertou sobre o crescimento da população de animais e a sobrecarga da DogLar, organização não governamental (ONG) que atua na causa animal em Carmópolis de Minas. Defendeu a criação de um cadastro organizado para

dimensionar a demanda e subsidiar políticas públicas, emendas parlamentares e investimentos futuros. Sugeriu a realização de um censo animal, com apoio dos agentes públicos e de formulários eletrônicos, e ressaltou a importância da medida para a saúde pública e para garantir transparência aos cidadãos.

O PL obriga o Poder Executivo a divulgar e manter permanentemente atualizada a lista de espera dos inscritos no Programa Municipal de Castração de Cães e Gatos, garantindo transparência e publicidade aos atos administrativos relacionados ao programa. A lista de espera será disponibilizada no Portal da Transparência do Município ou em outro meio eletrônico oficial de livre acesso à população.

Finalizando sua participação nas sessões do Legislativo do mês de julho, Tirzah reiterou seu compromisso com Carmópolis de Minas e afirmou que continuará trabalhando para que as decisões do Legislativo contribuam para uma cidade mais organizada, eficiente e preparada para atender às necessidades da população.

Câmara entrega moção de aplauso à APHOCAM

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas entregou, durante a sessão ordinária realizada no dia 13 de julho de 2026, moção de aplauso à Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas (APHOCAM), proposta pela vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) e vereadores Alex Enfermeiro (NOVO) e João Vitor Leite Rabelo, líder da bancada do NOVO, em reconhecimento à sua relevante contribuição para o fortalecimento da agricultura, da economia e do desenvolvimento do município.

A APHOCAM consolidou-se como a principal entidade representativa dos produtores de hortifrutigranjeiros do município, desempenhando papel essencial na organização da cadeia produtiva e na valorização do trabalho rural. Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), tem promovido importantes ações voltadas à assistência técnica, capacitação dos produtores e desenvolvimento sustentável da atividade agrícola. Entre suas maiores conquistas destaca-se a criação do entreposto FHORTI, estrutura que fortaleceu a comercialização da produção local, oferecendo melhores condições de armazenamento, logística e acesso ao mercado, contribuindo significativamente para o aumento da competitividade dos produtores de Carmópolis de Minas.

Em nome da associação, falaram o presidente e o vice-presidente, respectivamente Adalton Azevedo Costa e

Sérgio Lúcio Santos Leite. O presidente afirmou ser uma satisfação muito grande receber o reconhecimento, sendo um trabalho de mais de 22 anos no município.

O vice-presidente Sérgio Lúcio lembrou que a associação foi fundada no dia 05 de janeiro de 2004, com apoio da Prefeitura Municipal e da EMATER, com o propósito claro de representar, apoiar, inovar e fortalecer o produtor rural. Ao longo de duas décadas foram construídas parcerias sólidas com a Associação Comercial e Industrial de Carmópolis de Minas (ASCINCAR); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); EMATER; Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Prefeitura e outras instituições, para desenvolver a cadeia do tomate e fortalecer a economia do município.

Ele enumerou os resultados de todos esses anos de trabalho, com foco na construção do entreposto FHORTI, onde foram investidos cerca de R\$ 10 milhões nos oito galpões hoje existentes, com recursos provenientes daqueles produtores que dispunham de condições e quiseram investir na estrutura. Na época, eram apenas 30 sócios produtores, número que subiu para 70 atualmente. Nesse tempo, a cadeia de produção do tomate cresceu bastante, passando de 4 milhões de plantas cultivadas por ano, para as atuais 15 milhões, equivalentes a uma produção anual de mais de cem

mil toneladas de tomates, gerando o montante de R\$ 400 milhões injetados anualmente na economia do município. Hoje o município exporta tomates para todo o país.

“Isto impactou muito a renda do produtor e também do comércio, melhorando a aquisição de caminhões, máquinas, imóveis e prestação de serviços”, contabilizou o vice-presidente, acrescentando que a entidade está apta a receber novos associados. Uma nova promoção a ser lançada permitirá a entrada de três associados ao custo de apenas uma cota a ser adquirida.

A grande produção permitiu a caracterização de Aranjão Produtivo Local (APL) para o tomate de Carmópolis de Minas, o que trará muitos benefícios aos produtores, com acesso a créditos com juros mais baixos, prioridade nos projetos apresentados ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e outros bancos.

“Nesses 22 anos, nosso legado se constituiu nas mais de quatrocentas famílias que se beneficiaram com a associação. Triplicamos a produção do tomate em Carmópolis e temos hoje uma APL certificada”, concluiu o vice presidente, agradecendo a Câmara pela homenagem.

Os proponentes da moção, bem como os demais vereadores, se manifestaram sobre a entrega da moção. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.